

O famigerado 7 x 1 que a Alemanha impôs ao Brasil na Copa do Mundo do já longínquo ano de 2014 marcou não somente pela goleada mas também pela passividade da comissão técnica da seleção brasileira que assistia àquela chuva de gols sem tomar qualquer atitude. Pois o mesmo vem ocorrendo com a economia brasileira nesse ano de 2015 que, felizmente, está em seus últimos estertores. É raro na história brasileira o PIB cair 3,5 %. Pior, as expectativas para o ano que vem também são de um novo tomo que, ao se confirmar, decretará um recorde negativo dado que o Brasil não enfrenta dois anos seguidos de retração desde o biênio posterior à crise de 1929. Porém, mais do que a sucessão de números desastrosos, o que mais chama a atenção em um balanço do desempenho da economia em 2015 é a apatia com que a política econômica foi conduzida ao longo de todo o período.

Vista da perspectiva de um final de jogo, a política econômica de 2015 foi incompreensível. Parece que todas as decisões foram condicionadas por uma tentativa desesperada de evitar a perda do grau de investimento pelo país ou, talvez, por esforços desesperançados visando induzir os agentes a precificarem essa perda de forma gradual, evitando-se um grande choque em uma economia já combalida. Se essa era a missão principal de Joaquim Levy, explica-se a mudança do treinador, quer dizer, do Ministro da Fazenda. Esse jogo estaria terminado.

A diferença é que enquanto no futebol o jogo tem duração determinada, na economia ele se repete indefinidamente. E, afinal, qual será o jogo daqui para a frente? A recessão de proporções quase inéditas esperada para esse e para o próximo ano não começou em 2015. O quadro atual foi se montando em consequência da forma como se deu a saída da primeira pancada da crise econômica mundial em 2010. É bom que se diga que a causa do mergulho do PIB brasileiro não é diretamente a crise global e sim a incapacidade de adaptação do país às novas condições de funcionamento dos mercados mundiais que vigoram desde então. A partir de um diagnóstico equivocado, desenhou-se uma política econômica como se houvesse uma capacidade inesgotável de financiar medidas anticíclicas.

Contudo, a dinâmica fiscal brasileira é extremamente vulnerável ao ciclo econômico. Isso ocorre devido tanto ao comportamento da receita, posto que essa é muito apoiada em impostos sobre produtos, quanto da despesa, dado que essa é, em grande parte, constitucionalmente inflexível. Historicamente, a correção do desequilíbrio fiscal que acompanha os momentos de retração econômica sempre demandou soluções que envolveram alguma forma de ampliação da carga tributária. Como hoje prevalece o entendimento social de que essa carga já atingiu o limite do suportável, o compasso de espera, que já consumiu o ano de 2015, expressa a contagem do tempo necessário para que a sociedade se convença de que não há outra opção.

O grande problema é que, no plano substantivo, a saída da recessão passa pela recuperação da produção industrial, não porque a indústria seja um setor eleito, mas porque é ela que reúne as

¹ David Kupfer é diretor do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador do Grupo de Indústria e Competitividade (GIC-IE/UFRJ). E-mail: gic@ie.ufrj.br.

atividades produtivas com maior poder multiplicador da renda. Porém, a indústria brasileira está em um processo latente de crise desde 2007, pelo menos. Esse resultado não poderia ser diferente haja vista a política macroeconômica hostil para a indústria que predominou nos últimos 20 anos, que teve doses elevadas de valorização cambial, manutenção de juros altos e grande crescimento dos custos sistêmicos (tributação, infraestrutura, custos salariais, etc..). Os efeitos cumulativos de longo prazo trazidos por essa política macroeconômica hostil provocaram um crescente hiato de competitividade que, por sua vez, reduziu o ritmo de investimentos e quebrou o principal circuito que impulsiona o progresso técnico da indústria, que é a construção de novas fábricas. Daí sobreveio a defasagem de inovação, que explica a estagnação da produtividade da indústria.

Embora rudimentar, o seguinte exercício permite dimensionar esse hiato de competitividade. Em 2006, quando a trajetória de perda de competitividade industrial tornou-se nítida, as exportações brasileiras de manufaturados (exclusive derivados de petróleo) foram de US\$ 87 bilhões ante exportações mundiais de US\$ 8.607 bilhões, correspondendo, portanto, a uma participação de 1,01%. Em 2014, esses números evoluíram, respectivamente para US\$ 101,3 bilhões e 12.954,7 bilhões, respectivamente, reduzindo o market-share do país para 0,78%. Se o Brasil tivesse conseguido manter o market-share de 2006, as exportações em 2014 deveriam ter sido de US\$ 130,6 bilhões, nada mais nada menos que US\$ 29,6 bilhões superiores ao efetivamente verificado. Quer dizer, o hiato de competitividade em relação a 2006 “roubou” da indústria brasileira cerca de R\$ 120 bilhões (a taxa de câmbio atual de cerca de R\$ 4/dólar aproximadamente). Quanto desse valor será recuperado tão somente com a desvalorização cambial o tempo dirá. Mas há razões para se acreditar que não será a maior parcela. O retorno da competitividade estrutural requer a realização de investimentos, a modernização do parque industrial, a mudança estrutural na pauta de produção, enfim, há todo um processo a percorrer. Em resumo, vai demorar.

Nesse momento, tendo em vista o quadro de guerra instalado no Congresso Nacional, não se pode esperar que o poder executivo seja capaz de exercer alguma capacidade de planejamento de longo prazo. É ilusório imaginar-se que o planejamento organize a sociedade. A ordem aqui é a inversa: é a sociedade organizada que permite o planejamento. O planejamento só é possível quando há um mínimo de coesão social em torno de determinados objetivos. Mas cabe pedir que o governo exerça alguma capacidade de coordenação. A troca de um ministro da fazenda por outro também de perfil técnico, mesmo que com mais conhecimento do que é o mundo da produção, dificilmente trará mudanças muito significativas na essência das medidas de política econômica. Isso simplesmente porque há muito pouco espaço para alternativas a um grande esforço fiscal e a recomposição da solvência das contas públicas. No entanto, mesmo que o canal da credibilidade permaneça entupido, a supressão da esquizofrenia que marcou a política econômica em 2015 pode melhorar a efetividade da gestão macroeconômica pelo canal da previsibilidade.